

Entrevista com Jorge Uribe e Jerónimo Pizarro

Jerónimo Pizarro é professor da Universidade dos Andes, titular da Cátedra de Estudos Portugueses do Instituto Camões na Colômbia e doutor pelas Universidades de Harvard (2008) e de Lisboa (2006), em Literaturas Hispânicas e Linguística Portuguesa. Participou de diversos projetos referentes ao espólio de Fernando Pessoa, como *Obra completa de Álvaro de Campos* (2015) e *Obra Completa de Ricardo Reis* (2016), publicadas pela Tinta-da-China, além de ensaios críticos como *A Arca de Pessoa* (2007), em parceria com Steffen Dix, e *Pessoa Existe?* (Ática 2012).

Jorge Uribe é doutor pelo Programa em Teoria da Literatura da Universidade de Lisboa com tese dedicada a biografia intelectual de Fernando Pessoa e os conceitos de crítica estética e despersonalização dramática nas obras de Oscar Wilde, Walter Pater e Matthew Arnold. É membro do projeto crítico e editorial Estranhar Pessoa, associado ao Instituto de Filosofia da Linguagem da Universidade Nova de Lisboa (IFL) e tem colaborado com diversas edições críticas das obras de Fernando Pessoa, dentre elas, *Sebastianismo e Quinto Império* (Ática, 2011), *Prosa de Álvaro de Campos* (Ática, 2012), e *Obras Completas de Ricardo Reis* (Tinta-da-China, 2016).

IPSEITAS: O que despertou seu interesse pelo estudo da obra de Fernando Pessoa?

JERÓNIMO PIZARRO: Desculpem a tautologia, mas a obra mesma, o espanto que geram certos textos poéticos e em prosa. Mas o momento-revelação foi o arquivo: a sua materialidade, as suas formas não textuais de iluminar certos textos, a sua vastidão, o seu segredo, a sua beleza, a sua diversidade. Toda uma literatura para passar ali imerso toda uma vida, embora tenha preferido fugir...

JORGE URIBE: Bem, acho que foi um processo de contínuos acasos. O interesse e a prática sobre esse interesse, isto é, o estudo, foram acordando e tomando posse sem que eu desse por isso, e continua um pouco assim, como se eu tivesse adquirido um hábito que foi encontrando formas de se desenvolver. Na parte anedótica, posso contar que na adolescência caiu nas minhas mãos uma edição “pirata”, que alguns sebos em Bogotá

faziam autônoma e ilegalmente de livros difíceis de encontrar. Essa edição tinha uns poucos poemas assinados por Fernando Pessoa, Ricardo Reis, Alberto Caeiro e Álvaro de Campos, e não vinham acompanhados de nenhuma nota explicativa, nem créditos de tradução. Eu tive a sorte rara de ler, pela primeira vez, esses autores desconhecidos sem ter que pensar que eram um só; eu era, portanto, absolutamente ignorante de qualquer coisa acerca de Pessoa, um autor que, para esse momento – começos da década de 2000 –, era conhecido nos círculos especializados de Bogotá mas ausente nos currículos escolares e universitários, e certamente distante de adolescentes como eu que não tínhamos uma biblioteca em casa. O resultado foi que gostei muito de Álvaro de Campos, enquanto Fernando Pessoa me pareceu ter uns poucos versos contundentes; lembro perfeitamente onde estava sentado a primeira vez que li “Autopsicografia”. Por outro lado, Caeiro e Reis me resultaram desinteressantes, não me disseram nada nesse momento... o meu primeiro pensamento foi o de achar muito estranho que alguém tivesse posto esses autores todos num mesmo livro, sendo que uns eram tão bons e os outros não. Eu era um leitor muito desorientado e demorei talvez um ano com essa ideia, eram tempos sem Google. Mais tarde, e com acesso a melhores edições e traduções, o estranhamento se consolidou quando soube que o motivo pelo qual esses autores todos partilhavam um mesmo livro era ainda muito mais surpreendente do que eu tinha imaginado, logo virou desafio. Já enquanto eu era aluno do programa de Humanidades e Literatura da Universidad de los Andes, Pessoa virou um nome resplandecente num santoral que eu ia cultivando nas conversas com os amigos, ao lado de César Vallejo, Wilde, Pizarnik, Dostoiévsky... quando chegou o momento de fazer uma monografia de final de curso eu queria que fosse sobre um desses autores, que na época eram os que mais me entusiasmavam, e Pessoa era o único que nunca tinha sido parte dos cursos da faculdade. Portanto, havia muita coisa para ir procurar pela minha conta; escolhi-o e, sendo a minha uma faculdade muito liberal no sentido clássico do termo, concederam-me a oportunidade. Veio também o Eça de Queirós, especificamente *A Correspondência de Fradique Mendes*, e o meu trabalho de final de curso acabou sendo uma aproximação entre dois textos e dois momentos da literatura portuguesa à volta do problema da autoria, embora eu não tivesse nenhuma formação escolarizada em letras portuguesas. Nesse contexto, foi muito importante ter como orientador um dos maiores especialistas na obra de Pessoa, Jerónimo Pizarro, que era ex-aluno da minha faculdade – hoje professor – que morava então em Portugal, e que conheci por acaso; comecei a aprender português, e pouco tempo mais tarde cheguei a Portugal e à gigantesca surpresa que é o espólio de Fernando Pessoa. Com isso, uma viagem que teria sido de 4 meses acabou sendo de 6 anos... desde então a leitura estranhada da obra pessoana é para mim prática

quase cotidiana, e não a tenho longe da vida.

IPSEITAS: Em 2015, juntamente com Antonio Cardiello e Felipa Freitas, vocês participaram da edição do volume *Obra completa de Álvaro de Campos*. Vocês acreditam que, em termos editoriais, o trabalho com esse heterônimo esteja concluído, se é que podemos falar em conclusões quando tratamos de Fernando Pessoa?

JERÓNIMO: Praticamente, sim. Mas com algumas ressalvas: Essa *Obra Completa* teve um primeiro anúncio e uma primeira preparação: o livro *Prosa de Álvaro de Campos*, aparecido em junho de 2012, em que se incluiu, por exemplo, uma maior quantidade de material preparatório ou genético de alguns textos, tal como de “Ultimatum”, que tinha sido publicado em *Sensacionismo e Outros Ismos* (2009) de forma extensa. Essa *Obra completa* foi posterior a artigos como “Sobre a primeira gazetilha de Álvaro de Campos” (2012, www.pessoaplural.com), e começou, há pouco, a ser complementada por contributos, tais como “Editar Álvaro de Campos: o primeiro Arco de Triumpho” (em *Genuína Fazendeira – os frutíferos 100 anos de Cleonice Berardinelli*) e outros em processo de publicação. Não considero que a *Obra completa de Álvaro de Campos* seja uma conclusão, mas o que falte nela, que é mínimo, será apresentado e discutido em próximos artigos.

JORGE: Acho que é uma questão agudizada pela presença do adjetivo “completa” no título. Porém, esse adjetivo possui um significado mais restrito do que seria esperado, mais relacionado com a história editorial da “obra de Campos” do que com uma descrição essencialista dela. Explico: desde os anos 1940, Campos foi apresentado pelos editores póstumos de Pessoa principalmente como autor de poemas, embora essa imagem deixasse de fora uma parte importante daquilo que Pessoa deu a conhecer sob esse nome durante a sua vida. Na verdade, “Campos publicou” várias e importantes prosas nas revistas *Portugal Futurista*, *Contemporânea*, *Athena* e *Presença*. Contudo, durante um tempo considerável a ideia foi, como disse, que a obra de Campos eram os poemas conhecidos e os que estavam ainda inéditos. Foi esse o principal interesse dos primeiros editores da *Ática*, Luís de Montalvor e João Gaspar Simões, e foi isso que procuraram editar como o “Campos definitivo”. Só no final dos anos oitenta Teresa Rita Lopes abriu o olhar dos leitores noutra direção, e publicou, durante a década de 1990, vários livros com a autoria “de Campos”: *Vida e obra do engenheiro*, *Livro de Versos* e *Notas para a recordação do meu mestre Caeiro*, para nomear alguns, que surgiram com uma ideia de complementaridade entre si, mas não de integração. Em 2012, Jerónimo, Antonio e eu organizamos o volume *Prosa de Álvaro de Campos*, para uma nova série da *Ática*, que infelizmente dei-

xou de existir pouco tempo depois. O volume reivindicava, com força e pela primeira vez de forma abrangente, essa faceta de Campos, menos referida pela crítica, mas que já desde antes da morte de Pessoa era fundamental para a vida pública do heterónimo e também para a configuração do chamado “drama em gente”. Portanto, esse “completa” no título de 2015 refere-se mais ao fato de que partes que estavam dispersas estão finalmente reunidas. Não deverá entender-se por “completa” definitiva. Todo os leitores pessoais, e mais incomodamente os seus editores, sabemos que no caso de Pessoa está-se sempre a correr riscos e a fazer apostas: alguns manuscritos são muito difíceis de ler, e certamente ainda pode haver melhorias (até por motivos tecnológicos, as ferramentas de edição vão mudando para melhor); também pode haver papéis que estejam perdidos e venham a aparecer, supomos que são poucos. A arrumação de textos que foram deixados em estados de dispersão e fragmentação por parte do autor é sempre uma tarefa especulativa, também o é a datação e serialização de suportes e materiais genéticos. Melhores formas de organizar algum texto podem vir a ser propostas ou “descobertas” por editores futuros. Eles, assim como nós, terão a vantagem de basear-se no trabalho já feito para acatá-lo, melhorá-lo ou contestá-lo.

IPSEITAS: Como vocês avaliam o estágio atual de edições críticas que procuram estabelecer um padrão editorial para os manuscritos? Ainda há uma “Equipa Pessoa” como a de 1985, aos moldes de uma força-tarefa, ou tem prevalecido o trabalho de investigadores isolados? Como são planejadas as publicações?

JERÓNIMO: A edição crítica é um sonho que, como Portugal, está por cumprir. “Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez. Senhor, falta cumprir-se Portugal!” Falta cumprir-se um Pessoa plenamente editado. Mas essa é uma tarefa monumental que nunca foi assumida como tal. Há muitos trabalhos e esforços, mas os políticos ainda não perceberam o valor simbólico da obra pessoana. A “Equipa Pessoa” que houve foi pouco apoiada e, passado pouco tempo, esquecida por diversas instituições portuguesas, e não só. Se Pessoa fosse reconhecido como o tesouro nacional que foi declarado (para evitar leilões que se tornaram vendas silenciosas), Portugal e os países de língua portuguesa seriam um sonho ainda maior.

JORGE: É uma questão muito pertinente, porque está desenvolvendo-se de forma inovadora enquanto respondo à pergunta. A Equipa Pessoa, tal como constituída nos anos oitenta, sob a direção de Ivo Castro, teve diversos períodos, alguns de alta produção, outros de silêncio quase absoluto. Por exemplo, entre 2006 e 2010 a equipa publicou uns oito títulos, enquanto entre 2011 e 2015 somente dois. Contudo, o último título é talvez um dos mais importantes da série, e em certo sentido está na gê-

nese mesma da constituição da Equipa: trata-se dos poemas de Alberto Caeiro, organizados por Ivo Castro. Todos os títulos da coleção são de grande importância para qualquer leitor que queira aprofundar o seu conhecimento da obra pessoana, e são também a melhor porta de entrada ao espólio, antes do espólio. Nomes como Luís Prista, João Dionísio e Luís Fagundes Duarte, membros da Equipa Pessoa, continuam sendo referências importantes, e edições como o da Pauly Ellen Bothe ou do Enrico Martines são referências de grande utilidade para qualquer estudo sobre Pessoa. Ainda, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, editora da Equipa Pessoa, inaugurou em 2015 uma coleção ensaística dedicada ao Pessoa, e que a começar de 2016 terá um segundo título que reúne algumas das listas de projetos do espólio pessoano. Portanto, esse labor continua, embora não saibamos se haverá novas edições da chamada “Série Maior”. Paralelamente, não considero que nas edições pessoanas tenha havido muitos pesquisadores isolados, em realidade posso pensar sobretudo num caso notável e muito importante: o da Teresa Sobral Cunha. A maior parte das edições de Pessoa, embora assinadas por um ou dois nomes, são elaboradas no marco de esforços editoriais para os quais contribuem muitas pessoas. É o caso das edições da INCM e também da Assírio & Alvim, que reúne nomes como Manuela Parreira da Silva, Ana Maria Freitas, Fernando Cabral Martins e Richard Zenith, especialistas que partilham ideias e mantêm comunicação entre si. Por outro lado, ainda que os critérios de apresentação das edições da Assírio difiram daqueles da edição crítica da INCM, é impossível ignorar que há um diálogo no interior das edições, e nenhum editor, uma vez reconhecida uma melhoria conseguida por outro, deixará de considerá-la na sua próxima edição. Um caso paradigmático é o do *Livro do Desassossego*. Claro, sobrevivem polémicas, mas só temos (nós leitores) a ganhar com elas, sempre e quando sejam levadas de maneira clara no âmbito académico. Mais recentemente, em 2013, surgiu a coleção pessoana da Tinta-da-China, onde Jerónimo Pizarro conta com coautorias e colaborações de um grupo significativo de pessoas, entre os quais Antonio Cardillo, Patricio Ferrari e José Barreto. Nesse sentido, a “força-tarefa” cresce e multiplica-se, ao contrário de tornar-se um círculo restrito como pode ter sido o primeiro plano patrocinado pelo estado português nos anos oitenta com uma agenda bem delimitada. Ainda, recentemente a Tinta-da-China começou a imprimir seus livros no Brasil, e é de esperar que isso traga novas possibilidades e novos olhares. É também importante notar que alguns dos atuais editores de Pessoa, embora mantenham um vínculo forte com Portugal, não residem nesse país. A tecnologia tem permitido que esse movimento descentralizador se manifeste produtivo. O principal continua sendo o esforço por dar a conhecer, responsavelmente, a obra de Pessoa a um público cada vez maior. Nesse sentido, trata-se de um esforço colaborativo. Pessoalmente, para

mim o mais interessante ainda está por acontecer. À medida que Pessoa, necessariamente, começa a migrar e a desafiar as possibilidades da edição digital, de acesso livre internacional, as possibilidades de leitura dos seus textos e manuscritos, e de penetração em novas obras e novas vidas, crescem. Existe um importante projeto dedicado ao *Livro do Desassossego*, sediado na Universidade de Coimbra, e em breve será conhecido um projeto de publicação digital de grandes dimensões, produto da colaboração entre universidades de Portugal, Alemanha e, mais recentemente, da Universidade de São Paulo (USP), instituição onde se consolida atualmente um Grupo de Estudos Pessoaanos, coordenado pelo professor Caio Gagliardi. Cada vez mais esta empreitada exige grupos de trabalho, por vezes de caráter multidisciplinar no contexto do que hoje é conhecido como *digital humanities*. Contudo, o método de planejamento dos novos esforços editoriais continua sendo muito semelhante ao das edições críticas da Equipa Pessoa: visitar o que já foi feito, confrontar com os originais, questionar, identificar lacunas ou possíveis melhorias e oferecer ao público novas portas e janelas para o vasto legado que é a escrita de Fernando Pessoa.

IPSEITAS: Qual o papel de interpretações biográficas, em que pesa a análise de teor psicológico do autor, como o livro *Vida e obra de Fernando Pessoa* de João Gaspar Simões, nessa tarefa de definir um padrão editorial para a obra?

JÉRÓNIMO: A meu ver, quase nenhum. Pode levar a criar tentativas fantásticas de textos íntimos ou autobiográficos de um autor muito introspectivo, a lermos em excesso as suas cartas de amor, a falar apenas da sua sexualidade como de um fetiche, mas a biografia que interessa, em termos editoriais, não é uma de teor psicológico, mas intelectual: Pessoa pode ter tido medo da loucura por volta de 1907; mas o que estava a ler para, a seguir, escrever tantos escritos sobre o gênio e a loucura? É isto último que me interessa mais. Claro: quero saber da avó Dionísio e da família Pessoa que encontrou em Lisboa quando regressou em 1905; mas quais foram as suas investigações? Quando descobriu os termos histeria e neurastenia? É isso que tentei responder em edições e estudos anteriores.

JORGE: Mais do que as interpretações biográficas por si mesmas, o que resulta marcante para a edição e leitura da obra é a importância da questão escrita-vida, que não escapou a Simões, já em 1929 e particularmente no seu livro icônico dos anos cinquenta. Esse problema está no núcleo duro da obra pessoana, e especialmente na ideia do “drama em gente”. Se isto é percebido em chave confessional-biográfica, psicanalítica ou como exploração lúdica das possibilidades da linguagem, depende dos leitores. Os conceitos de autobiografia, confissão e ficção são objetivamente constitutivos da obra, são postos

em causa e instrumentalizados continuamente nos textos que a conformam. Faz-se necessário que o leitor reflita acerca desses conceitos, pois a categorização mesma depende da sua participação. Para isso é importante que conte com algumas informações biográficas com diferentes graus de historicidade. O trabalho de João Gaspar Simões é de grande importância e continua sendo fundamental, embora possamos não estar já igualmente interessados nas conclusões de algumas das suas análises “psicologistas” e possamos corrigir (e tem sido assim) muitas das informações histórico-biográficas que ele achou ter fixado. Contudo, a compreensão de aspectos do percurso vital de Pessoa enquanto autor, as instâncias editoriais das suas publicações em vida e o desenvolvimento dos seus múltiplos projetos, como particularidades do seu processo criativo, são todos aspectos que interessaram a Simões e que continuam tendo grande importância para uma leitura abrangente da obra. As mais recentes edições estão cada vez mais atentas a essas informações que contrastam a atividade editorial de Pessoa – enquanto esteve vivo – e o seu legado/arquivo. Por outro lado, as edições críticas implicam, necessariamente, uma aproximação ao processo criativo do autor a partir da sua componente material. No caso de Pessoa, os editores podem estar mais ou menos certos de estarem seguindo com fidelidade a “intenção” do autor ou a pragmática materialidade do suporte documental, mas sempre as suas próprias convicções e vieses críticos tomam parte no jogo interpretativo. Reconhecer isso é importante; não há edição sem leitura, nem leitura sem interpretação, e pode haver diversos graus de participação por parte dos editores nas edições, mas eles sempre estão aí; a mediação editorial não é transparente, o que não quer dizer que por isso seja condenável. Como leitores, e em geral como animais pensantes, tendemos a achar sentido em processos causativos ou sequenciais, por isso nos interessa, por exemplo, saber se um texto foi escrito antes ou depois de outro, pela mesma mão ou por outra. Entendemos nessas sequências uma relação que se tece entre dois ou mais elementos de maneira distinta a se a relação fosse contrária. Uma cronologia da obra, uma cronologia do desenvolvimento dos textos, embora não exista para resolver de maneira irrevogável o sentido dos mesmos, faz parte de aquilo que os torna, para nós, legíveis e sedutores; essa cronologia constitui uma visão biográfica da obra literária como processo vital, embora encenado, nos limites e possibilidades da linguagem.

IPSEITAS: A famosa carta de Fernando Pessoa a Adolfo Casais Monteiro, escrita em 13 de janeiro de 1935, parece ter guiado, por anos a fio, parte considerável da crítica pessoana. O que vocês pensam a respeito do uso frequente desse documento que, ao lado de poemas como “Isto” e “Autopsicografia”, publicados em abril de 1933 na *Presença*, costuma servir de base para a interpretação do processo criativo nos heterônimos?

JERÓNIMO: É uma carta fundamental e foi concebida como um testamento por Fernando Pessoa. A meu ver, não serve “de base para a interpretação do processo criativo nos heterônimos”, mas para discutir a “verdade” desse processo e a relação, como diria Goethe, entre poesia e verdade. Ora, cada pormenor dessa carta abre mil e uma questões relevantes e é difícil assinalar outro texto pessoano que gere tantas e tão apaixonantes questões linha a linha e palavra a palavra.

JORGE: Pessoalmente, o que mais me interessa é ver como a correspondência de Pessoa, em particular as cartas a Casais Monteiro, mas também as cartas a João Gaspar Simões, a Armando Côrtes-Rodrigues, entre outros, podem ser lidas ao lado de poemas como “Autopsicografia”, ou então “Tabacaria” ou as odes de Reis, e não por cima deles, como se fizessem parte de um nível diferente do discurso da obra. A relação que me interessa mais nesses textos é de contiguidade, e não de sobreposição. Se alguma “explicação” pode ser retirada da carta a respeito dos poemas é por semelhança, por analogia, uma relação de familiaridade que existe no meio daquilo que podemos chamar a “escrita de Fernando Pessoa”. Acho justo que esses textos estejam na base de algumas interpretações – são textos extraordinários –, e entendo que sejam preferidos pelos leitores em contraposição a outros. Porém, como eles, a obra toda, na sua incontornável dimensão inconclusiva, é relevante para ler “Fernando Pessoa”, o homem implicado na literatura de si próprio. Considero suspeita a posição de um crítico que se convença de que por ter lido a carta a Casais Monteiro, que foi batizada de maneira espúria “carta sobre a gênese dos heterônimos”, obteve uma imagem definitiva do processo genético ali descrito, e que ache que essa imagem é de natureza radicalmente distinta da oferecida pelas “Notas para recordação do meu mestre Caeiro” de Álvaro de Campos. Acho menos interessante ainda a posição de outro crítico que leia essa carta e pense que se trata de uma cambada de mentiras.

IPSEITAS: Atualmente, parece correto afirmar haver pelo menos três modalidades de pensamento em jogo nos heterônimos: o poético, o filosófico e o místico? Vocês acham possível falar de um pensamento cultural, político ou pedagógico em escritos como, por exemplo, os de Ricardo Reis e os de António Mora sobre o paganismo? Qual bibliografia vocês indicariam para o estudo dessas diferentes perspectivas?

JERÓNIMO: Não sei bem o que responder. Nem sempre vejo um pensamento “místico” nem sempre vejo uma vertente “pedagógica”. Talvez fuja parcialmente da questão citando um artigo de Antonio Cardiello, “O devir-pagão e o regresso aos deuses”, publicado em *Nietzsche e Pessoa. Ensaios* (2016): “Transcenden-

dendo todas as Igrejas, todos os sistemas, todas as crenças, na aceitação superior das diversas verdades em que se possa indagar a Verdade, o neopagão admitiria então, segundo a variante perspectivada pelo ortónimo, todos os deuses na larga capacidade do seu panteão. O Paganismo Superior ou paganismo transcendental, para Fernando Pessoa, seria ainda uma forma de politeísmo supremo, já que, na eterna mentira de todos os deuses, de todas as doxas e de todas as aparências, as várias religiões e metafísicas mais não seriam do que frutos mitológicos da Verdade, perspectivas do mistério a haver.

JORGE: Acho que haverá quase tantas perspectivas de aproximação à obra como leitores. É muito difícil destrinçar os limites de interesse dos textos pessoanos. Textos exclusivamente filosóficos não são característicos da obra, e por trás dos poemas de Reis ou de Caeiro, só para dar um exemplo, existem reflexões filosóficas de grande calado que não estão fora do fazer poético. O mesmo pode ser dito sobre os textos assinados por Pessoa sobre Portugal ou de poemas como “A memória do presidente-rei Sidónio Paes”; neles a fronteira entre o poético e o político é marcadamente difusa – passe-se o oxímoro por ser pertinente. O “drama em gente” implica uma reflexão sobre relações de tipo pedagógico, mas a perspectiva é complementar entre, por exemplo, o que afirma Campos nas “Notas para recordação do meu mestre Caeiro” e o que Pessoa assina na sua carta a Casais Monteiro acerca do magistério de Caeiro. Os textos pessoanos tendem à confluência, embora o resultado dessa confluência se manifeste por vezes em oposições. São textos em certa forma pensados para resistir ao dogmatismo. Sobre a noção de magistério na obra pessoana recomendo a leitura do mais recente livro de António M. Feijó, acerca de Pessoa e Teixeira de Pascoais. Sobre o caso de Mora e Reis, uma das maiores dificuldades para a leitura decorre de tratar-se de dois estilos de escrita que são frequentemente indistinguíveis, inclusive para o próprio Pessoa, que fez que dezenas de textos oscilassem entre um autor e outro, e em muitos casos parece ter desistido ou adiado indeterminadamente a tarefa de definir o que pertenceria a quem. Recentemente, começamos a conhecer melhor alguns textos. Em 2013, Manuela Parreira da Silva apresentou uma visão bastante coesa do que seriam as obras de António Mora, numa edição publicada pela Assírio. Em 2016, Jerónimo Pizarro e eu publicamos a obra “completa” – veja-se o sentido do termo numa resposta anterior – de Ricardo Reis, da qual uma das partes mais relevantes são as diferentes tentativas de elaborar um prefácio à obra do mestre Caeiro, tarefa que teve vigência, no atelier de escrita pessoano, durante quase vinte anos. Sem dúvida, os textos reunidos nas edições mais recentes contribuem para a leitura interpretativa de alguns assuntos importantes da obra de Pessoa, tais como o “paganismo”, mas, sobretudo, essa perspectiva mais ampla ajuda a ver que não há afirmações

completas ou cristalizadas a esse respeito. Pelo contrário, nos textos e rascunhos faz-se reconhecível um desenvolvimento da escrita que instrumentaliza os temas na configuração de estilos literários e entidades autorais: os temas estão ao serviço desses estilos e entidades, e não o contrário. Por outro lado, há uma fronteira muito cinzenta entre o tipo de interesse por trás de fazer mapas astrais, interpretar profecias e escrever centenas de versos decassílabos. A importância que queira, por exemplo, ser-lhe concedida ao fato biográfico de Pessoa ter conhecido pessoalmente Aleister Crowley, o famoso mago inglês venerado por Jimmy Page e por Raul Seixas, em 1930, depende de diversos fatores, muitos dos quais associados à bagagem interpretativa de cada leitor e às suas próprias crenças e interesses. Sobre esse assunto são relevantes, por exemplo, os trabalhos interpretativos e historiográficos de Marco Pasi e Steffen Dix. Por outro lado, a escrita pessoana associada à maçonaria ou o rosacrucianismo também pode ser objeto de estudo, o que não necessariamente implica que se esteja a definir qual é o vínculo de Pessoa com qualquer uma dessas ordens. Nesse sentido são importantes e contrastantes os trabalhos de Pedro Teixeira da Mota e de José Barreto. Pessoa oferece uma diversidade de assuntos de leitura notável e o leitor pode encontrar muitos temas à medida da sua curiosidade; o difícil é pretender que um deles possa submeter todos os outros para além de um conceito muito generoso de “literatura”. Poderia ser pertinente, porém, ter presente que em alguns casos os “temas” tratados por Pessoa, ou pelas suas criaturas, lembram o suculento pedaço de carne do qual falava T. S. Eliot: “The chief use of the ‘meaning’ of a poem, in the ordinary sense, may be (...) to satisfy one habit of the reader, to keep his mind diverted and quiet, while the poem does its work upon him: much as the imaginary burglar is always provided with a nice bit of meat for the house-dog” *The use of poetry and the use of criticism*).

IPSEITAS: Jerónimo, no livro *Pessoa existe*, publicado pela Ática em 2012, você escreveu: “Para além da indicação de uma ordem, falta-nos muitas vezes uma visão de conjunto”. É possível mensurar as consequências dessa ausência de uma visão de conjunto nos trabalhos de crítica e de edição?

JERÓNIMO: Entendo que sim. Não apenas porque já existiram vários projetos de «Obra completa» que falharam pela ausência dessa visão, e porque já foram escritas várias biografias com ignorância do espólio pessoano, mas porque para editar Pessoa, embora seja «chato» (e a expressão «que chatice» é muito portuguesa) é preciso percorrer milhares de papéis. Praticamente nada está em um núcleo só, e depois interessa, e é relevante, o diálogo entre leitura e criação, entre os livros lidos e os papéis escritos.

IPSEITAS: Ainda a propósito do livro *Pessoa existe?*, na ocasião de seu lançamento, você disse ao programa *Ler + Ler Melhor*, da TV RTP: “Sinto que ultimamente estamos a falar muito a sério de Fernando Pessoa, que estamos a torná-lo um objeto de culto (...) Sinto que é necessário desconstruir mais o discurso sobre Fernando Pessoa, (...) tem que ser mais informal...”. Qual estratégia podemos assumir na tentativa de conciliar a investigação crítica com a necessidade de um discurso mais descontraído sobre o autor? E quais implicações decorrem dessa tendência em tornar Fernando Pessoa um “objeto de culto”?

JERÓNIMO: Nós temos que procurar, a meu ver, ser *scholars* de excelência e investigadores capazes de transmitir o que descobrimos: há textos – como a edição crítica do *Livro do Desassossego* (2010) – que tem que ter um tom e uma certa dimensão; e há outros – tipo *Como Fernando Pessoa pode mudar a sua vida* (2016) – que devem ter outro tom e outras pretensões. Num artigo intitulado “O jogo do desassossego” (2014), publicado em *Central de Poesia II*, escrevi: “Talvez seja o momento de ensaiarmos uma escrita menos séria, ou melhor, com um tipo de seriedade menos solene, em relação a Fernando Pessoa. Porquê? Porque acredito que Pessoa preparou uma grande armadilha para a posteridade e que todos nós caímos nela. Creio que há dias em que também nós temos de nos equilibrar numa só perna como uma íbis, como Pessoa, como quem levita”. Uma implicação delicada de tornar Pessoa um objeto de culto é a paralisia: fica congelado no tempo, embora ainda esteja por conhecer e, numa entrevista de 1923, ele próprio tenha respondido, em jeito de conclusão, que: “Na eterna mentira de todos os deuses, só os deuses todos são verdade”.

Perguntas elaboradas pelos doutorandos Fabrício Lúcio Gabriel de Souza (UNB), Mariella Augusta Pereira (UNICAMP) e Rubens José da Rocha (UFSCar)